

O BULLYING RELACIONADO A QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UM OLHAR DOS/AS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

Evelyn Correia de Oliveira Cavalcante¹

Luciano Bairros da Silva²

Sonia Maria Soares Ferreira³

*Instituto Federal de Alagoas
Centro Universitário CESMAC*

Resumo: Questões de gênero e sexualidade têm recebido visibilidade nas últimas décadas, entretanto, a discussão ainda se apresenta como um tabu no ambiente escolar. Essa pesquisa objetiva o fomento da reflexão acerca dos sentidos produzidos sobre gênero e sexualidade na escola. Utilizou-se a abordagem qualitativa, com uso de um Grupo Focal composto por nove profissionais e foi realizada em um campus do Instituto Federal de Alagoas. Para preservação do anonimato dos/as participantes, seus nomes foram substituídos por cores. O material produzido foi interpretado por meio da Análise do Discurso e Práticas Cotidianas. Os/as participantes relataram que há dentro da escola uma estratificação dos indivíduos que motivam a violência escolar, dentre as formas de violência estão as práticas de bullying sexista e homofóbico. Foi considerado que a ausência de reflexões coletivas sobre gênero e sexualidade entre os/as profissionais da educação tem contribuído para a reprodução desse tipo específico de bullying e faz com que os mesmos educadores se sintam inseguros/as para o devido enfrentamento no cotidiano.

Palavras-chave: Juventude e sexualidade. Gênero. Homofobia. Bullying.

Introdução

O bullying é caracterizado como comportamentos agressivos que acontecem de forma sistemática e intencional numa relação desigual de poder, e frequentes em um período de tempo. Essa forma de violência pode gerar consequências à saúde, física, emocional e social dos envolvidos (OLWEUS, 1994; NAIFF, 2009; FANTE, 2012).

Francisco e Coimbra (2015) citam que por muito tempo a violência escolar no Brasil era apenas entendida como depredação dos patrimônios físicos do ambiente escolar, apenas no final da década de 1990, ela passou a ser estudada considerando-se também os aspectos relacionais envolvidos entre os membros da comunidade escolar (discentes, docentes e demais profissionais). A partir desta década, foi amplamente divulgado o termo *bullying* no país (FANTE, 2012).

A vítima de bullying, em geral, é considerada pelos demais como pertencente a um *status* social inferior, tornando-se alvo fácil para intimidação. A falta de atributos para o

¹ Mestra em Pesquisa em Saúde pelo Centro Universitário CESMAC, Maceió, Brasil.

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, Maceió, Brasil.

³ Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

grupo tais como o traquejo social, a aparência, a habilidade esportiva, a classe social, entre outros, pode tornar o indivíduo excluído e estigmatizado. Normalmente são pessoas mais tímidas e/ou mais frágeis fisicamente, ou apresentam uma *marca*: gordinhos ou magros demais, deficiência física, nariz ou orelhas mais destacadas, roupas fora da moda, raça, credo, condição socioeconômica ou orientação sexual diferentes (SILVA, 2010). Neste estudo nos deteremos, especificamente, ao bullying relacionado às questões de gênero e sexualidade.

Louro (2016) considera que a escola é uma das instituições sociais que praticam a pedagogia da sexualidade de forma sutil e contínua, na produção do *menino* e da *menina*. Apesar dos recentes avanços na discussão sobre gênero e sexualidade, a norma heterossexual ainda é generalizada e naturalizada, é o considerado *normal*, enquanto as demais formas de sexualidade são *antinaturais, peculiares e anormais*.

Em 2015, foi instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), que reconhece a existência de práticas de bullying no cenário educacional brasileiro e sugere a necessidade de intervenção sobre tais ações (BRASIL a, 2015). Paradoxalmente, ocorrem tentativas em se aprovar leis que impedem os/as profissionais da educação de abordar diversas temáticas, dentre elas a discussão sobre gênero e sexualidade, tal como aquela que se tornou popularmente conhecida por “Lei da Mordaça” no estado de Alagoas (ALAGOAS, 2016). A justificativa para as buscas de impedimento desses debates é a não subversão dos/as alunos/as às crenças, valores e comportamentos diferentes dos orientados por seus pais e responsáveis. De Oliveira (2016) cita que discursos de líderes políticos e religiosos têm produzido entraves ao combate à homofobia nas escolas, pois traz a tensão entre valores morais e religiosos e, assim, tratando a homossexualidade como tema ameaçador à preservação da família nuclear – pai, mãe e filho.

Falar sobre gênero e sexualidade é questionar relações de poder, questionar padrões estabelecidos, questionar a discriminação. E um dos melhores lugares para se questionar sobre os mais diversos assuntos é a escola, mas até nesse lugar buscam impedir que se aborde o tema. Como não falar o assunto aos alunos/as, seres sexuados por natureza? Ou acaso deve-se lidar como se fossem objetos, caixas de guardar conteúdos? Ignorar gênero e sexualidade é vê-los/as como coisas, é deixá-los/as com suas dúvidas e à mercê do senso comum.

Na prática de trabalho como assistente social de uma instituição de ensino médio, vivencio diversas histórias que versam sobre o tema: alunos/as que se sentiram excluídos e solitários/as por serem *gays*; tentativas de suicídio porque o aluno homossexual não queria decepcionar sua mãe; aluno homossexual ameaçado de ser abusado sexualmente

por outro aluno heterossexual, assédio sexual de professores em alunos/as da escola; e o também o trágico suicídio de uma adolescente gestante, pois seus pais não aceitavam tal situação, a qual violava seus valores religiosos. Apesar do número de situações cotidianas ser grande, o assunto das violências produzidas em função de gênero e sexualidade dentro da escola ainda é um tabu.

No âmbito acadêmico, a discussão sobre bullying e, em particular, o bullying homofóbico, é bastante recente. Desta forma, presente estudo objetivou analisar os discursos de profissionais da educação sobre bullying relacionados às questões gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Método

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, orienta-se pela metodologia das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano, por considerar que a realidade é construída nas ações do cotidiano, cujos sentidos podem ser analisados através dos discursos presentes. Este tipo de pesquisa tem como princípios metodológicos: a) indexicalidade, pela relevância em relacionar o objeto a ser pesquisado dentro de seu contexto sócio histórico e cultural; b) inconclusividade, por considerar que a pesquisa não alcança uma dimensão finita por causa da existência de variáveis e das mutações inerentes a dinamicidade dos fenômenos; e c) reflexividade; justificada pela impossibilidade do/a pesquisador/a de manter-se neutro/a (SPINK, 2014).

A pesquisa foi realizada em um campus do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Composto por 15 *campi*, o IFAL, se caracteriza por ser instituição de educação profissional e superior, que desenvolve ensino, pesquisa e extensão, desde a formação básica à pós-graduação. Para a produção dos dados foi utilizada a técnica de Grupo Focal (GF). Recomenda-se que os grupos focais não sejam grande para facilitar que todos participantes possam protagonizar a discussão e dialoguem sobre o assunto principal (RESSEL, 2008). Uma vez que GF's menores permitem que o tema seja abordado com mais profundidade, nesta pesquisa o grupo foi composto por nove participantes, os quais trabalhavam em um mesmo campus do IFAL, sendo cinco mulheres e quatro homens, que ocupavam as seguintes funções: 1 diretora geral do campus; 1 chefe de gabinete da direção; 1 coordenadora de gestão com pessoas; 1 diretor de ensino; 1 coordenador de apoio ao estudante; 1 docente de educação física; 1 assistente social; 1 psicóloga; e 1 odontóloga.

A coordenação do GF foi realizada pela pesquisadora principal, ocorrido em outubro de 2016, gravado em áudio e, posteriormente, feita transcrição integral de todas as falas, que foram inseridas em um mapa dialógico. Em respeito aos princípios éticos, a pesquisa substituiu os nomes dos participantes por nome de cores: Amarela, Azul, Cinza, Laranja, Marrom, Roxa, Verde, Vermelha e Preta; a pesquisadora/coordenadora do grupo foi identificada pelo nome de Rosa. Como critérios de inclusão foi definido que só poderiam participar da pesquisa os/as servidores/as efetivos/as do IFAL e em atuação; foi utilizado como critério de exclusão os servidores que atuassem no IFAL por período inferior a um ano.

As falas dos/as participantes foram estudadas a partir da Análise de Discurso. A Análise de Discurso (AD), estuda quais os efeitos de sentidos produzidos relacionados ao discurso, se questiona o que é dito e a fala é relacionada ao contexto, lembram que o/a analista não irá negar a sua subjetividade na interpretação dos dados, pois ele/a também faz uma leitura discursiva que não rejeita suas crenças, experiências e posicionamentos (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Resultados

Durante a realização do Grupo Focal, várias situações de bullying relacionadas às questões de gênero e sexualidade foram descritas. Segundo Deborah Britzman (2016), há aulas que tratam sobre questões de sexualidade, no entanto, a abordagem não estimula o diálogo, se estabelece apenas o que é certo e errado, para cumprir um currículo final. A educação sexual nas escolas tem historicamente sido usada para sustentar desigualdades raciais e de gênero.

Louro (2016) cita que há muito investimento nos corpos, os quais são ajustados conforme um conjunto rígido de imposições culturais de higiene, estética e moral dos grupos ao qual a pessoa faz parte. Nesse sentido, as sociedades criam processos de separação entre os/as que representam as normas do grupo e aqueles/as que não as obedecem. A autora esclarece que para a sociedade ocidental, o padrão é: homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão. Nesta feita, a mulher é o segundo sexo, e homossexuais como os desviantes da norma.

Importante citar que um discurso só ganha efeito de verdade porque há uma coerção, há relações de poder que o torna verdade. Foucault (1988) acredita que as instituições sociais

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

permeadas de poder, promovem a naturalização do que é verdade, assim, busca-se a fabricação de *corpos doces* através da disciplina. O mesmo autor afirma que a sexualidade é um *dispositivo histórico*, portanto, é uma criação histórica, sócio e culturalmente construída.

Observa-se que durante o diálogo sobre gênero e sexualidade as categorias classe, raça e etnia fazem intersecção. O que está fora dos padrões estabelecidos, é, geralmente, visto com nojo, repulsa, medo e/ou ódio. Dentre as situações relatadas no GF, uma revelou a nítida intersecção entre gênero, raça e classe social, onde uma aluna procurou apoio e orientação de uma das profissionais da escola, pois se sentia constantemente agredida por um colega de turma. As palavras que o colega usava eram de reprovação porque, para ele, ela não se adequava aos padrões de *mulher bonita*, *mulher feminina*, recriminando a opção dela de ter um cabelo curto. Ela disse ter sofrido mais ainda com a atitude de suas colegas que não a defendiam, pelo contrário, pareciam concordar com as ofensas; alegou frustração também porque um professor que presenciou a uma das cenas não reagiu. A profissional que ouviu o relato mostrou-se indignada e solicitou para que o aluno fosse a sua sala, assegurada do sigilo, disse que ele estava agindo daquele modo por acreditar que o homem pode exercer alguma supremacia sobre a mulher, tratando-se de uma ideologia historicamente construída, e que era inadmissível alguém continuar com essa crença.

A fala da profissional comunga com a opinião de Jeffrey Weeks (2016), conforme o autor, nossas identidades e comportamentos sexuais não são causados por um fenômeno natural, elas são resultado de relações definidas de poder, sendo a relação mais óbvia a de que a sexualidade feminina tem sido definida pela masculina.

O processo de conhecimento da sexualidade pelos/as alunos/as também é algo compartilhado com os/as profissionais a quem eles/elas têm confiança em conversar. Os/as adolescentes, redescobrimo a sexualidade, se veem em conflito com suas identidades, sentem a necessidade de dividir suas dúvidas e sentimentos, mas, geralmente, não observam a escola como um ambiente propício para esses questionamentos, afinal, é lá onde aprenderam desde cedo como se comportar de acordo com os padrões heterossexuais. Observa-se, ainda, que a heteronormatividade acompanha a rejeição à homossexualidade, como se a aproximação com homossexuais fosse assimilada como adesão prática ou da identidade sexual do/a outro/a.

Assim, não se tem estimulado a reflexão sobre as identidades de gênero e orientação sexuais, as quais não são fixas e estáveis – gays, lésbicas, *queers*, bissexuais, travestis, transexuais – e a cada nova identidade apresentada nota-se um espanto como algo que

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

abalasse as estruturas sociais, os/as alunos/as sofrem com os estigmas e preconceitos reproduzidos através do bullying. Os/as profissionais revelaram avanços e dificuldades para lidar com as diversas facetas versadas ao assunto, dentre eles o uso nome social.

No ambiente escolar o/a aluno/a quer ser tratado pela identidade ao qual se reconhece sejam nas conversas informais ou na chamada escolar realizada diariamente. A manifestação aberta da identidade, a forma como o indivíduo se reconhece, está diretamente vinculada ao nome pelo qual ele ou ela gosta de ser chamado/a. Adotar um nome social é uma opção bastante comum e direito ao uso já está regularizado através do Decreto 8727, de 28 de abril de 2016 (BRASIL b, 2016). Nas falas podemos constatar a utilização do nome social:

“Comigo no primeiro dia, não, no primeiro instante, ela disse: ‘Professor sua sala é essa’. Buff! Eu entrei e disse: ‘Vou começar pela chamada... Seu nome?’ Ele disse: ‘Bruna’ E toda a sala: ‘ehhhhhhh!’ E na chamada? ‘Maurício’ (voz triste aborrecida) Essa foi a única vez que ela se identificou comigo por Maurício (Azul).”

“Eu acho que na nossa coordenação só quem chamava de Maurício era eu, eu não conseguia chamar, e disse: ‘você se importa?’. Ele disse: ‘Não professora, a senhora pode’. Aí realmente eu chamava de Maurício, eu não conseguia dizer Bruna, mas eu disse: ‘se lhe incomodar eu chamo...’ Ele disse: ‘não’ (Vermelha).”

Os profissionais relataram que alguns professores/as aceitam utilizar o nome social outros/as não aceitam ou tem dificuldade para fazê-lo. Também foi percebido um incômodo para os/as participantes quando o assunto foi uso do banheiro escolar por alunos/as transgênero, ocorrência que aparece ainda de forma tímida no campus estudado, mas que gera polêmicas entre a gestão, os /as alunos/as transgênero e os demais alunos/as. Eles citaram experiências vividas, mostrando que tais situações não são incomuns na escola, entretanto, geram discussões polêmicas.

“Deu um conflito inicial, a gente precisou fazer várias reuniões com ele inclusive, porque ele não queria entender, mas a gente achou uma.... (Vermelha)

-Você chama de *ele*... (Azul)

...É. Até hoje quando ele... ELA fala comigo eu ainda digo ELE. O nosso banheiro virou pra Bruna também, porque tava incomodando as meninas. O nosso banheiro da pedagogia que era interno, era uma sala que hoje é um laboratório, a gente fazia de tudo pra ELA se sentir tranquila, não afetar os outros e também não ter que ficar sem ter onde fazer as necessidades (Vermelha)

-Ela é trans? (Rosa)

- Era, ainda é e agora assumiu mesmo, faz curso de moda... Ele se traveste de mulher, se maquiava, tudo direitinho (Vermelha).”

Essa fala expressa a situação de incômodo gerado pela utilização do banheiro por Bruna, uma aluna transexual, fazendo-se necessárias reuniões entre a equipe da escola para discutir o caso. Bruna se reconhecia como uma garota, logo, se sentia à vontade para utilizar o banheiro feminino, conseqüentemente, se recusava a usar o banheiro masculino que não condizia com sua identidade sexual. O impasse, aparentemente, foi criado por algumas alunas que se recusaram a aceitar a entrada dela no banheiro feminino. Não ficou explícito se essas alunas receberam algum tipo de explicação sobre gênero e sexualidade. Para a gestão a solução deveria ser dada de forma emergente. O acordo encontrado pela escola foi de que Bruna passaria a utilizar o banheiro das profissionais de pedagogia - um banheiro isolado e exclusivo para o setor. Outra situação similar foi relatada, mas em relação a outra escola onde Roxa trabalhou:

“Ele era travesti, ele se vestia, o que é que a gente pode falar do travesti? O trans, ele está com um corpo de um gênero, mas ele se sente de outro. Então um belo dia está Paulo no banheiro feminino. Aí a diretora: "O que é que a gente faz?" 'Deixa ele sair pra conversar com ele'. Chegamos pra ele: 'anatomicamente você é homem, então...'. '- Mas as meninas me chamaram pra maquiagem'. '- Olhe, as meninas próximas de você elas não ligam pra isso, mas chegam outras que podem não se sentir à vontade dentro do banheiro porque você é um homem de qualquer forma, né?!'. Ele aceitou, até porque ele não sofre preconceito, por sinal é muito bem resolvido, ele até saía de baliza na frente da banda, ele sempre se sentiu muito respeitado, então ele viu que não era uma questão de bullying, era uma questão de as outras pessoas se sentirem mau (Roxa).”

Novamente, a história de uma aluna transexual que estava no banheiro feminino e causou um certo pânico para a gestão escolar. A saída, neste caso, foi utilizar o argumento biológico para convencer a aluna de que ela não poderia estar naquele espaço. Aqui também não foram relatados se houveram palestras ou conversas com as alunas para abordar questões de gênero e sexualidade.

Judith Butler, filósofa e uma das principais teóricas contemporâneas sobre feminismo, discorda da concepção dominante, mesmo em estudos feministas sobre sexo e gênero, onde se prevalece uma distinção entre eles. Para ela, há uma tendência a entender que o *sexo* é intratável, é biologicamente constituído; o *gênero*, por sua vez, seria culturalmente construído. Essa concepção advém da tradição filosófica de Platão, Descartes, Husserl e Sartre, os quais fazem clara distinção ontológica entre corpo e alma/consciência/mente. Butler acredita que tal pensamento fundamenta a suposição de que o *sexo* está para a natureza ou a *matéria-prima*, assim como o *gênero* está para a cultura ou o *fabricado*. O pensamento sobre gênero é conveniente para a continuidade de um discurso heterossexual, pois divide muito bem o que é

biológico e o que é cultural. O sexo visto de forma biológica não abala a estrutura binária, fixa e oposta do sexo: macho x fêmea, homem x mulher, masculino x feminino, pênis x vagina; assim, pode-se usar esse argumento de subterfúgio para definir o *normal*.

Considerações finais

Pode-se perceber que situações relacionadas a gênero e sexualidade são latentes dentro da escola, e nela, o/a aluno/a, muitas vezes, permanece em uma corda bamba de opiniões diversas e à mercê de ataques de bullying. Apesar das circunstâncias envolvendo o tema serem uma realidade, há uma aparente ausência de abordagens educacionais, desse modo, os profissionais se sentem confusos quanto as estratégias para explanar o tema e lidar com situações relacionadas a ele no dia a dia profissional. Considera-se também que o fenômeno bullying, enquanto uma expressão de violência que acontece no ambiente escolar, nos apresenta muito mais do que comportamentos individuais, ele nos revela mazelas estruturais referentes à forma de sociabilidade concebida e estímulo a reprodução de estruturas de poder, padrões hegemônicos estabelecidos e preconceitos.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016. Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa “escola livre”. Disponível em: < www.al.al.leg.br/> Acesso em: 27 de dezembro de 2016.

BRASIL. Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 26/12/2017

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30/12/2015.

BRISTZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In.: LOURO, G.L (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.p.83-111.

DE OLIVEIRA, C. E., Pereira Alberto, M. de F. & Borges Bittencourt, N. de F. (2016). Tensões e contradições nos discursos políticos sobre o combate à homofobia no contexto da escola brasileira. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 14 (2), pp. 1479-1492.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 7ª ed. São Paulo: Versus, 2012.

FRANCISCO, M. V; COIMBRA, R. M. Análise do bullying escolar sob o enfoque da psicologia histórico-cultural. **Estud. Psicol.**, Natal, v. 20, n. 3, p. 184-195, set. 2015.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

LOURO, G.L. Pedagogias da sexualidade. In.: LOURO, G.L (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.p.07-34.

NAIFF, Luciene A. M. Indisciplina e violência na escola: reflexões no (do) cotidiano. **Revista Educação Unisinos** (Universidade do Vale do Itajai), São Leopoldo, v. 13, nº. 2, maio/ago. 2009

OLWEUS, D. Bullying at school. **Aggressive behavior**. Springer US, p. 97-130. 1994.

SILVA, Ana Beatriz B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SPINK, M. J. et.al (org.). **A Produção De Informação Na Pesquisa Social**, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Ed. (1ª ed.). Rio de Janeiro, 2014.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In. LOURO, G.L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed.; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.p.35-82.